

Dossiê: Direitos Humanos, Geografia e Educação para a Cidadania

Apresentação

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes¹

Sérgio Claudino Loureiro Nunes²

Organizadores do dossiê

Refletir sobre Educação e Direitos Humanos é sempre um tema contemporâneo e emergente. Após muitos avanços no reconhecimento e importância na discussão dessa temática nas escolas de educação básica, em cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação no Brasil, esse debate está ameaçado por várias frentes: mudanças na política educacional para educação básica, em que se destaca a Reforma do Ensino Médio; avanço de discussão de projetos que querem imprimir às escolas brasileiras a censura a temas políticos e sociais; avanço de propostas conservadoras de educação; formulação de currículos oficiais que não contemplam essa temática.

Neste contexto político, econômico e social, refletir sobre “Direitos Humanos, Geografia e Educação para a Cidadania” ganha ainda maior relevância. Ao prepararmos este dossiê a intenção foi reunir contribuições de pesquisadores de diferentes países que permitissem aprofundar o diálogo sobre os direitos humanos e a educação para a cidadania na educação básica, contemplando o ensino das disciplinas de Ciências Humanas, em particular a Geografia e a História.

A divulgação do edital possibilitou a participação de pesquisadores do Brasil, Portugal, Espanha e Chile.

O artigo “Educación Geográfica y Formación Ciudadana” de Andoni Arenas-Martija, Rodrigo Figueroa-Sterquel e Víctor Salinas-Silva, que abre este dossiê, aborda a trajetória da educação geográfica no Chile, com ênfase na análise de uma experiência de formação cidadã realizada por um grupo de

1 Professora de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília. sas.fernandes@unesp.br

2 Professor de Didática da Geografia da Universidade de Lisboa. sergio@campus.ul.pt

pesquisadores que buscaram identificar como se produz conhecimento geográfico em escolas públicas de educação básica no Chile. Os autores analisam os documentos curriculares oficiais e os resultados de desempenho do Chile no exame de avaliação internacional da educação básica ICCS para discutir o papel da Geografia na formação cidadã. Os autores argumentam que o governo chileno e países da América Latina têm se dedicado à elaboração de uma política de avaliação de desempenho com esforços para estabelecer um sistema regional de avaliação de competências cidadãs (SREDECC). Tal iniciativa pode contribuir para a metodologia regional de avaliação que fortaleça o compromisso com a formação cidadã e práticas sociais democráticas. No artigo, os autores apresentam o percurso metodológico dessa experiência e ressaltam a contribuição da educação geográfica para a formação para cidadania reforçando valores democráticos, de participação social e com isso, a possibilidade de analisar a produção do espaço geográfico e o território em que os estudantes estão inseridos.

O artigo “El derecho a la educación en las periferias escolares: representaciones sociales de la población escolar en Valencia”, de Diego García Monteagudo, Juan García Rubio y Benito Campo País, analisa o desigual acesso ao ensino médio na Espanha, a partir das representações sociais de estudantes de escolas da periferia de Valência. Naquele país, o Ensino Médio Obrigatório (Enseñanza Secundaria Obligatoria) é marcado por três grandes mudanças na política educacional, a saber: a “Ley Orgánica General del Sistema Educativo – LOGSE”, aprovada em 1990, a “Ley Orgánica de Calidad Educativa – LOCE”, de 2002 e a “Ley Orgánica de Mejora de la Calidad Educativa – LOMCE”, de 2013, essa em vigência atualmente. A LOGSE ampliou a idade de escolarização obrigatória para 16 anos e possibilitou a oferta do ensino médio em percursos formativos diferenciados, com o intuito de valorizar a diversidade na escola. Essa lei institui o Programa de Diversificação Curricular (PDC) por meio do qual os estudantes poderiam participar de cursos de curta duração que poderiam ser utilizados para cumprimento das horas obrigatórias necessárias à obtenção do certificado do ensino médio (ESO) e com isso, definem percursos formativos diferenciados. O programa era oferecido a estudantes em idade superior à idade regular de estudos, semelhante à política de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Na atual legislação, o PDC é substituído pelo Programa de Mejora en el Aprendizaje y en el Rendimiento – PMAR, que reduz a idade em que estudantes podem optar por esta forma alternativa de formação no ensino médio, ampliando a participação dos estudantes. Nesse modelo o currículo e as horas necessárias à formação no ensino médio podem ser cumpridos em escolas de oferta regular e programas de diversificação curricular. Considerando este contexto, os autores analisam as

representações sociais de estudantes da periferia da cidade de Valência que tenham cursado o ensino médio em programas de diversificação curricular. Concluem que a principal contribuição desse modelo formativo é o aumento nos índices de conclusão do ensino médio e o ingresso desses estudantes nos cursos de formação profissional de nível médio. Não obstante este relevante dado, os cursos não proporcionaram a participação ou formação cidadã dos estudantes. Este estudo nos traz um alerta e poderá ser referência para as reflexões que necessariamente faremos em um futuro próximo, considerando a proposta de diversificação curricular que será implementada no Brasil com a Reforma do Ensino Médio.

Os outros dois artigos que compõem este dossiê apresentam e analisam experiências de formação para cidadania e Direitos Humanos realizadas por meio do “Projeto Nós Propomos: Educação Geográfica e formação cidadã”, em diferentes municípios brasileiros.

O artigo “Práticas pedagógicas em Geografia para uma educação cidadã emancipadora”, de Hugo de Carvalho Sobrinho, Claudionei Lucimar Gengnagel, e Sérgio Claudino Loureiro Nunes, apresentam as experiências realizadas no projeto “Nós Propomos” e do projeto “Parque Educador”, realizados no Distrito Federal. Os autores analisam a contribuição desses projetos na formação de jovens estudantes, por meio da problematização de temas de educação ambiental e sustentabilidade do Cerrado, bioma daquela região. Os autores identificam as similitudes entre os projetos que contribuem para a formação para a cidadania participativa, contribuindo para que os jovens sejam protagonistas no processo de transformação social.

O artigo “Questão ambiental, currículo e didática da geografia na formação para a cidadania”, de Silvia Aparecida de Sousa Fernandes, Andréa Coelho Lastória e Sérgio Claudino Loureiro Nunes, discute a relação entre cidadania, direitos humanos e questão ambiental ao analisar a experiência do projeto “Nós Propomos”, realizada no município de Marília, em uma escola pública de educação básica. Os autores apresentam as práticas pedagógicas realizadas e concluem que o projeto “Nós Propomos” se apresenta como possibilidade trabalho pedagógico autônomo, com proposta metodológica reflexiva, crítica e que colabora com a formação cidadã, na medida em que realiza investigações sobre a localidade e estimula a capacidade propositiva dos jovens estudantes.

Esperamos que os artigos aqui reunidos contribuam significativamente para o debate acadêmico sobre a formação da cidadania e do respeito aos direitos humanos.

